

# Narrativização como arquitetura temporal da memória

*Gustavo Simas da Silva<sup>1</sup>*

## RESUMO

O artigo sustenta que a experiência humana é organizada, de modo intrínseco, em forma narrativa e que a narrativização funciona como dispositivo cognitivo central na arquitetura temporal da memória. A partir de contribuições da neurociência da memória, da psicologia cognitiva e do desenvolvimento, da filosofia da mente, da linguística e de teorias da evolução cultural, discute-se como a memória episódica depende da construção de enredos que conectam eventos dispersos em sequências coerentes. No nível neural, o hipocampo é apresentado como integrador que “costura” episódios distantes, em estreita coordenação com funções executivas pré-frontais responsáveis pela ordenação temporal, seleção do relevante e inferência causal. No nível linguístico, tempos verbais, conectores temporais e causais, mecanismos deícticos e de coesão referencial constituem o andaime sintático-pragmático que transforma a sucessão bruta de acontecimentos em relatos estruturados. O texto analisa ainda como a coerência narrativa temporal, causal-motivacional, temática e cultural se rompe em quadros clínicos como esquizofrenia, TDAH e afasia fluente, evidenciando a dependência do self e da identidade autobiográfica das capacidades narrativas. Por fim, explora implicações interdisciplinares de conceber a narrativa como operação cognitiva básica, indicando desdobramentos para intervenções em saúde mental (terapias narrativas e reabilitação neuropsicológica), práticas educacionais baseadas em histórias e campos emergentes como neurociência narrativa e psicologia narrativa.

**Palavras-chave:** cognição narrativa; memória episódica; hipocampo; coesão temporal; self.

---

<sup>1</sup> Gustavo Simas da Silva, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), gustavosimassilva@gmail.com.

## ABSTRACT

This article argues that human experience is inherently organized in narrative form and that narrativization functions as a core cognitive device in the temporal architecture of memory. Drawing on findings from neuroscience of memory, cognitive and developmental psychology, philosophy of mind, linguistics and cultural evolution, the text examines how episodic memory depends on the construction of plots that link otherwise dispersed events into coherent sequences. At the neural level, the hippocampus is described as an integrator that “stitches together” distant episodes, in close coordination with prefrontal executive functions that impose temporal order, select relevance and support causal inference. At the linguistic level, verbal tenses, temporal and causal connectives, deixis and referential cohesion provide the syntactic and pragmatic scaffolding that turns raw succession into structured stories. The article also analyses how temporal, causal-motivational, thematic and cultural narrative coherence can break down in clinical conditions such as schizophrenia, ADHD and fluent aphasia, revealing the dependence of selfhood and autobiographical identity on narrative capacities. Finally, it explores interdisciplinary implications of conceiving narrative as a basic cognitive operation, outlining consequences for mental health interventions (narrative therapies and neuropsychological rehabilitation), educational practices that mobilize storytelling, and emerging fields such as narrative neuroscience and narrative psychology.

**Keywords:** narrative cognition; episodic memory; hippocampus; temporal cohesion; self.

Introdução

A mente humana não apenas gosta de histórias – ela precisa de narrativas para organizar a experiência. Longe de ser artifício estético ou recurso retórico, a narrativa opera como um dispositivo cognitivo fundamental na arquitetura temporal da memória. Nossa vivência do tempo, ao que tudo indica, assume forma narrativa quase inevitavelmente. Como observou Jerome Bruner (1987), “não parece haver outra maneira de descrever o ‘tempo vivido’ a não ser em forma de narrativa”. Em outras palavras, a consciência que temos de nós mesmos no fluxo do tempo (passado, presente e futuro) é estruturada como uma história contínua que contamos a nós mesmos.

Essa tese, defendida aqui, apoia-se em contribuições de diversas áreas: neurociência da memória (Endel Tulving, Eleanor Maguire), psicologia cognitiva e do desenvolvimento (Bruner, Raymond Mar), filosofia da mente (Francisco Varela, Shaun Gallagher, Paul Ricoeur), pragmática linguística (Karl Bühler, Leech e Svartvik) e teorias da evolução cultural. Em convergência, essas abordagens sugerem que narrativização – o ato de converter experiências em narrativas – é um mecanismo central pelo qual o cérebro e a linguagem dão

forma ao tempo vivido. A memória episódica, em especial, parece depender da construção de enredos para ligar eventos numa sequência significativa. Experiências isoladas, se não forem encadeadas em histórias, tendem a se perder no fluxo caótico do tempo. Contar (e recontar) fatos vividos os fixa numa ordem temporal e causal, tornando-os compreensíveis e lembráveis.

Nisso, temos uma constatação: a narrativa é a forma como a mente humana arquiteta o tempo, convertendo a sucessão bruta dos acontecimentos na tessitura significativa de uma história de vida.

O objetivo deste artigo é dissecar essa afirmação da narrativização como arquitetura temporal da memória, explorando-a em múltiplos níveis. Primeiro, examinaremos como o cérebro costura eventos em narrativas, focalizando mecanismos neurobiológicos (o hipocampo integrador de episódios e as funções executivas do córtex pré-frontal na sequência lógica dos acontecimentos). Em seguida, veremos os alicerces linguísticos da coerência temporal – tempos verbais, conectores e outras marcas de coesão sequencial – bem como os princípios pragmáticos que conferem sentido às histórias (encadeamento causal, progressão coerente dos eventos, relevância contextual). Por fim, discutiremos as implicações dessa visão narrativa da cognição para a compreensão do self e da identidade biográfica. Veremos como a narratividade está na base da continuidade do “eu” ao longo do tempo, e como disfunções narrativas (em quadros como esquizofrenia, déficit de atenção ou afasia) erodem não apenas a comunicação, mas também a noção de identidade pessoal. A intenção, no fim, é apontar caminhos promissores para pesquisas interdisciplinares – unindo neurociência, linguística, psicologia e estudos culturais – e aplicações práticas em saúde mental (terapias narrativas, reabilitação cognitiva), educação (uso de histórias para potencializar aprendizagens), ciências da linguagem (análise de discurso, coesão textual) e nas próprias ciências cognitivas (modelagem do pensamento narrativo).

### **Memória episódica, hipocampo e a costura de eventos no tempo**

Endel Tulving, pioneiro nos estudos de memória, distinguiu a memória *episódica* – aquela dos eventos vividos pessoalmente, situados em tempo e lugar – como dotada de uma qualidade especial: a de permitir uma espécie de *viagem mental no tempo*. Quando recordamos uma experiência, reencenamos mentalmente o passado como se “viajássemos” de volta no tempo, frequentemente revivendo encadeamentos narrativos inteiros. Tulving cunhou o termo *cronestesia* para essa capacidade de estar consciente do próprio passado ou futuro subjetivo (Ribas, 2023). Em essência, lembrar-se de algo ocorrido não é evocar um registro estático, mas sim reconstruir um *episódio* – uma cena com contexto, personagens, ordem temporal e frequentemente um enredo causal. Nossa memória autobiográfica funciona,

então, como um arquivo de pequenas histórias (episódios) interligadas (Spreng, Mar, Kim, 2009).

O hipocampo – estrutura do lobo temporal medial – desempenha um papel fundamental nessa construção narrativa da memória. Estudos de neuroimagem mostram que o hipocampo integra informações de experiências distintas, costurando eventos díspares em uma estrutura de narrativa coerente (Cohn-Sheehy et al., 2021). Por exemplo, ao vivenciarmos dois acontecimentos separados no tempo que envolvem a mesma pessoa ou lugar, o hipocampo nos permite associá-los como partes de uma mesma “história”.

Recentemente, foi demonstrado que padrões de atividade hipocampal tornam-se mais semelhantes quando o indivíduo codifica dois eventos distintos que formam uma narrativa contínua, em comparação a eventos que, apesar de similares, não guardam relação narrativa entre si (Cohn-Sheehy, 2024). Isso sugere que uma função-chave do hipocampo é integrar eventos em uma estrutura narrativa de memória – unindo os pontos dispersos da experiência em um fio coerente.

Essa integração traz vantagens mnemônicas nítidas: quando episódios separados podem ser assimilados num *enredo* maior, lembramo-nos deles com muito mais detalhes e por mais tempo. Ou seja, o todo narrativo é maior que a soma das partes episódicas isoladas – replicando a máxima do pensamento sistêmico (Gomes et al., 2014). Maguire e colegas, em estudos clássicos sobre memória espacial e autobiográfica, também ampliaram essa compreensão: o hipocampo, além de mapear espaços (como evidenciado no famoso estudo com motoristas de táxi de Londres), apoia a rememoração rica de cenas do passado e até a imaginação de cenários futuros (Price, Zeidman, Callaghan, 2025). Memória, navegação e imaginação compartilham bases neurais – e todas têm caráter narrativo, pois envolvem sequenciar acontecimentos num contexto.

Naturalmente, o hipocampo não age sozinho. A construção de uma memória episódica narrativa requer a coordenação com regiões do córtex pré-frontal, responsável por funções executivas: ordenação temporal, atenção seletiva, monitoramento e inferência causal. Durante a rememoração, regiões pré-frontais (especialmente o córtex pré-frontal medial e dorsolateral) são ativadas para organizar a sequência de eventos e focalizar o que é relevante, suprimindo detalhes irrelevantes (Allé et al., 2015). Em pacientes com certas lesões frontais ou disfunções executivas, observa-se uma dificuldade em contar histórias de forma coerente e cronológica, mesmo que as memórias isoladas ainda estejam presentes. Isso ocorre porque falta a “direção executiva” para montar o quebra-cabeça narrativo de forma lógica.

Um exemplo contundente é dado pela esquizofrenia, em que déficits frontais (nas funções de monitoramento e filtragem) levam a narrativas

internas confusas. Christopher Frith nota que se falha o metacontrole explícito – a capacidade de pensar sobre nossos próprios pensamentos e ordená-los –, o paciente “tem dificuldade não apenas em explicar aos outros o que está experimentando, essencialmente criando uma história coerente sobre o que se passa, mas também em explicar para si mesmo o que está acontecendo” (Frith, 2019; Seers, 2025). Ou seja, sem o aporte prefrontal para organizar a experiência em narrativa, o próprio entendimento subjetivo fragmenta-se. Voltaremos a esse ponto adiante, ao tratar das disfunções narrativas.

Assim, percebemos: a memória episódica humana possui uma dimensão inerentemente narrativa. No nível neural, o hipocampo funciona como um *costureiro do tempo*, unindo eventos separados por lacunas temporais em sequências coesas. No nível cognitivo, as regiões frontais atuam como um *diretor*, garantindo que a “história” faça sentido – com início, meio e fim discerníveis, e uma lógica de causa e efeito. Quando esse sistema integrado funciona bem, conseguimos nos projetar no passado e no futuro com espantosa fluidez, construindo cenários hipotéticos e revivendo lembranças com contexto. Tulving chamou isso de viagem mental no tempo; aqui poderíamos acrescentar que se trata de uma viagem em busca de histórias: navegamos mentalmente pela nossa linha do tempo pessoal em forma de narrativas.

### **Linguagem e coesão temporal: tempos verbais, conectores e perspectiva**

41

Nenhuma memória se torna narrativa sem passar pelo crivo da linguagem, ainda que interna. O ato de recordar envolve frequentemente “contar a história” para si mesmo; e ao comunicar memórias a outras pessoas, dependemos fortemente de ferramentas linguísticas para sinalizar ordem temporal, duração, simultaneidade e causalidade. A linguagem, então, oferece a sintaxe do tempo – um conjunto de recursos que permite transformar a sucessão bruta de eventos em um relato estruturado.

Os tempos verbais são um primeiro alicerce dessa arquitetura temporal linguística. Eles situam cada ação ou acontecimento num ponto ou intervalo do tempo em relação a outros. Em português (assim como em inglês ou outras línguas), tendemos a usar o pretérito perfeito para narrar eventos principais de uma história (marcando a progressão “e então... e então...”), enquanto o pretérito mais-que-perfeito ou pretérito imperfeito podem aparecer para indicar eventos antecedentes ou contextuais (marcando cenários, antecedentes “já existentes” quando a ação principal ocorreu). Essa coordenação verbal dá coesão sequencial à narrativa, como já notaram clássicos da linguística. Leech & Svartvik (2013), em suas gramáticas do inglês, exemplificam como o passado perfeito serve muitas vezes para “voltar no tempo” dentro de um relato no passado, prevenindo ambiguidades de ordem – por exemplo: *She*

*entered the room and saw that the window **had been** left open.* Aqui, o *had been left* sinaliza claramente que o deixar a janela aberta aconteceu antes de ela entrar. Sem tal marcação, a cronologia ficaria confusa.

Importante notar que a coesão temporal não é assegurada apenas pelos tempos verbais. Mecanismos de *sequencialização textual* incluem conectores temporais explícitos: *antes, depois, entretanto, em seguida, então*, etc., os quais funcionam como marcos discursivos da linha do tempo. Esses conectivos orientam o leitor/ouvinte, indicando se um evento é anterior, posterior, simultâneo ou uma mudança de cena. Por exemplo: “Primeiro anoiteceu, depois a temperatura caiu; em seguida, vimos as estrelas surgirem”. Retire-se os conectores e a compreensão sequencial fica claudicante.

Investigando a linguagem como instrumento de orientação no tempo e espaço, Karl Bühler (2011), propôs a ideia de campos deícticos – o *aqui-agora-eu* que ancora cada enunciado. Nas narrativas, é preciso gerir esses centros de orientação de forma habilidosa. O narrador e as personagens podem ocupar diferentes “eus-aqui-agoras”, exigindo do discurso marcas nítidas de referência temporal (e espacial). Bühler observou que numa história há pelo menos duas perspectivas temporais em jogo: a do narrador (geralmente retrospectiva, contando eventos passados com conhecimento do desenlace) e a das personagens dentro da história (vivendo os eventos em tempo real, sem saber o que virá a seguir). Ele chamou essas perspectivas de dois “centros de orientação” – dois sistemas *Eu-Aqui-Agora*. A língua dá conta disso por meio de estratégias como o uso de tempos verbais relativos (por exemplo, o *futuro do pretérito* para indicar algo que iria acontecer do ponto de vista de uma personagem no passado), advérbios de tempo (como *naquela manhã, dias depois*) e construção de orações subordinadas temporais e causais que mantêm a ordem dos fatos compreensível.

Um fenômeno linguístico interessante é o do “presente histórico”: alternar para o presente no meio de uma narração passada para dar vivacidade, como se os eventos estivessem ocorrendo diante de nós. Pesquisas em pragmática narrativa (ex.: Schiffrin, 1981) mostram que esse tipo de alternância temporal pode ter função dramática e estrutural. Manter uma mesma forma verbal por um trecho prolongado tende a unificar eventos numa mesma cena ou episódio, ao passo que trocar de tempo verbal sinaliza mudança de episódio ou avanço a um novo bloco temporal (Guimarães, 1995). Schiffrin notou, por exemplo, que narradores orais às vezes iniciam uma nova ação de sua história mudando do pretérito para o presente histórico, quase como se dissesse: “atenção, começa outra cena agora”. Essa dinâmica evidencia que o sistema verbal é usado de modo *articulado* para montar a *timeline* narrativa.

Além dos verbos e conectores, outros mecanismos coesivos contribuem para a tessitura temporal: a referência pronominal que retoma entidades já mencionadas (evitando repetição de nomes e assim acelerando

a narrativa), os advérbios e expressões adverbiais (*de repente, logo, durante a noite, finalmente*), e a própria estrutura sintática do período complexo, que permite encaixar micro-narrativas (subordinadas) dentro da macro-narrativa principal. Um exemplo: “Depois que João saiu, Maria foi até a janela; enquanto olhava a rua deserta, lembrou do dia em que ele chegara”. Nesse período, as subordinadas temporais (*depois que..., enquanto...*) ordenam eventos e situam no tempo psicológico da personagem (lembança do passado dentro do passado da história).

A habilidade de manejar essas construções cresce com a idade: estudos com crianças brasileiras de 9 a 12 anos mostram que o domínio de conectores temporais e estruturas subordinadas aumenta significativamente a coerência de suas narrativas orais (Guimarães, 1995). Aprender a narrar é em parte aprender a usar essas costuras linguísticas do tempo.

A linguagem funciona como andaime para a narrativa temporal. Tempos verbais segmentam e alinham os eventos na linha do tempo; conectores e advérbios colam as sequências; estruturas deícticas situam cada acontecimento num “quando” relativo ao aqui-e-agora narrativo. Sem isso, teríamos apenas um amontoado de frases possivelmente desconexas. A coerência temporal de um texto – seja uma memória contada, seja uma ficção – depende desses recursos. É a sintaxe que nos permite externalizar (ou articular internamente) a arquitetura narrativa que o hipocampo e o córtex pré-frontal ajudaram a construir.

Não surpreende, portanto, que *deficiências linguísticas* afetem narrativas: um indivíduo com afasia ou com desenvolvimento gramatical precário terá dificuldade em contar uma história cronologicamente ordenada. Veremos exemplos mais adiante, quando discutirmos a afasia fluente. Antes disso, porém, precisamos explorar o que torna uma narrativa não apenas temporalmente encadeada, mas *significativa e coerente*. É aqui que entramos no domínio da pragmática e da estrutura lógica das histórias.

### **Causalidade e coerência: a pragmática da construção narrativa**

Uma sequência de eventos datados não basta para termos uma história de verdade. Narrativas envolvem não apenas ordem temporal, mas também *conexões lógicas e causais* que dão sentido aos encadeamentos. Como escreveu Paul Ricoeur (1994), narrativa é o ato de transformar o tempo em sentido – “*transformar o ser-no-tempo em um ser-compreensível*”. Pragmaticamente, isso significa que ao narrar selecionamos eventos relevantes e os *encaixamos numa trama* em que um evento leva a outro, ou pelo menos *explica* outro. A coerência narrativa nasce dessa amarração causal e temática, além da temporal.

Os estudiosos da narrativa identificam diversos níveis de coerência. Habermas & Bluck (2000), por exemplo, ao analisar narrativas de vida (autobiografias), propuseram quatro aspectos de *coerência global*:

1. Coerência cultural ou canônica: o alinhamento da história pessoal a um *script* cultural de biografia (ex.: etapas de vida esperadas, como formação, casamento, aposentadoria);
2. Coerência temporal: a capacidade de situar *quando* e em que ordem os eventos ocorreram, permitindo ao ouvinte compreender a cronologia do relato (Allé et al., 2015);
3. Coerência causal-motivacional: que une os eventos pela lógica de causa e efeito e pelo desenvolvimento motivacional do protagonista (explicando, por exemplo, *por que* certas decisões foram tomadas e como um acontecimento levou a outro);
4. Coerência temática: a presença de um fio condutor temático ou de valores que deem unidade à diversidade de experiências vividas. Quando contamos nossa própria história de vida, idealmente articulamos esses quatro tipos de coerência para produzir uma narrativa *com sentido*.

Focando nas duas coerências centrais aqui: a temporal (sequência/cronologia) e a causal-motivacional (encadeamento lógico), podemos entender a pragmática narrativa como o esforço de *fazer sentido do fluxo dos acontecimentos*. Na prática, narrar é oferecer razões e estabelecer relações: “isso aconteceu *porque* aquilo tinha acontecido antes”; “diante disso, *então* fulano fez X, *consequentemente* Y ocorreu”. Os marcadores linguísticos de causalidade – conjunções como *porque, portanto, assim, por isso, de modo que* – cumprem papel semelhante aos temporais, mas conectando *sentidos* e não apenas tempos. Uma narrativa pobre em conexões causais tende a soar desconexa: eventos aparecem lado a lado, mas não entendemos o *porquê* das transições.

Importante também é o encadeamento intencional: em narrativas com agentes humanos, esperamos compreender as intenções e objetivos que ligam as ações. Por exemplo, ao contar um episódio cotidiano: “Saí de casa mais cedo porque queria pegar o primeiro ônibus; acabei perdendo o horário mesmo assim e por isso me atrasei no trabalho”. Aqui vemos desejos e resultados conectados. Essa estrutura de *plano-frustração-consequência* é familiar e transmite sentido. Na ausência disso, teríamos algo como: “Saí de

casa mais cedo. Perdi o ônibus. Cheguei atrasado” – uma listagem factual que carece de esclarecimento sobre relações de motivação e consequência.

A psicologia cognitiva sugere que estamos constantemente buscando *coerência narrativa* até mesmo na percepção e na memória fragmentária. Nosso cérebro é um contador de histórias nato, preenchendo lacunas e inferindo ligações causais para construir uma compreensão coesa dos eventos. Chris Frith argumenta que esse impulso para criar uma “história coerente” é tão forte que, mesmo em condições anômalas, a mente tentará racionalizar (Frith, 2019).

No caso da esquizofrenia, que mencionamos, os pacientes podem produzir explicações extremamente idiossincráticas e delirantes para experiências sensoriais estranhas – mas ainda assim estão tentando construir lógica. Eles não perdem a capacidade de narrar; perdem, em parte, o alinhamento com a realidade consensual e com as restrições culturais na narrativa (Allé et al., 2015). Frith observa que pessoas com delírios muitas vezes não são constrangidas pelo que os outros pensam, diferentemente de nós, que adaptamos nossas histórias para serem plausíveis socialmente (Seers, 2025). O paciente psicótico “encontra conexões onde os outros não veem nenhuma” e elabora teorias próprias (por exemplo, que eventos aleatórios estão conspirando contra ele) – uma espécie de hiper-narratividade sem filtros. *Há coerência interna, mas falta coerência com o mundo compartilhado.*

Esse fato ilustra a natureza pragmática da narrativa: contamos histórias num contexto intersubjetivo, calibrando-as segundo o que nossos ouvintes julgarão verossímil ou relevante. Quando essa sintonia fina falha, a narrativa resultante pode ser prolixa, fantasiosa ou ilógica para terceiros.

A pragmática da narratividade, então, envolve adequação e filtragem: definir o que é importante mencionar (e o que omitir) e *como* encadear para que a história faça sentido para um dado público. Há um forte componente de *metacognição* – pensar sobre a própria narrativa enquanto se constrói – avaliando se ela está nítida e coerente. Essa habilidade geralmente emerge na adolescência, quando conseguimos articular uma *história de vida* relativamente contínua. Até a infância tardia, crianças costumam narrar eventos isolados ou sequências curtas sem conseguir integrá-los numa macro-história com propósito.

Pesquisas longitudinais indicam que a capacidade de criar uma narrativa coerente da própria vida desponta na adolescência, período crítico da formação identitária (Habermas, Bluck, 2000). Nessa fase, começamos a conectar eventos da infância com objetivos futuros, a atribuir significados pessoais às viradas da vida e a reconhecer influências causais de longo prazo (“tal evento me tornou mais forte”, “foi por causa daquela mudança de cidade que escolhi minha profissão”). Em termos pragmáticos, o adolescente aprende

a contar a sua história de forma mais unificada, desenvolvendo coerências causal e temática que antes não estavam presentes.

Aspectos culturais também permeiam essa aprendizagem: cada cultura oferece um “roteiro de vida” que orienta quais eventos típicos compõem uma biografia e em que ordem aproximadamente ocorrem. Por exemplo, na cultura ocidental espera-se tipicamente que uma pessoa estude na juventude, construa carreira, talvez se case, tenha filhos, se aposente, etc., em idades mais ou menos convencionais. Esse esqueleto cultural fornece uma estrutura narrativa padrão. Indivíduos usam-no como referência para contar suas próprias vidas (“eu deveria ter feito X até tal idade, mas fiz Y mais tarde...” etc.). Assim, a coerência cultural entra no cálculo: contar uma vida envolve dialogar com as expectativas de narrativa que a sociedade possui.

No Brasil, por exemplo, temos certos marcos tradicionais (formatura, festa de 15 anos, casamento na igreja, etc.) que frequentemente aparecem nas narrativas biográficas como pontos de virada ou capítulos importantes. A *ausência* ou desvio desses marcos pode ser tema de explicações narrativas (“não me casei, diferente do esperado, porque priorizei minha carreira naquela época...”), novamente mostrando a pragmática em ação – justificando exceções, dando sentido a diferenças individuais frente ao pano de fundo cultural.

A coerência narrativa, resumindo, resulta de uma complexa interação de fatores: ordem cronológica nítida, conexões de causalidade e motivação, consistência temática e adequação às expectativas sociais/culturais. Quando tudo isso se harmoniza, temos uma narrativa efetivamente compreensível e com “moral da história”. Ao contrário, quando há falhas – eventos fora de ordem, causas ausentes, objetivos confusos, detalhes excessivos ou irrelevantes –, a narrativa se torna difícil de seguir. Essa perda de coerência pode ocorrer tanto por problemas cognitivos quanto linguísticos. Na próxima seção, examinaremos justamente situações em que a capacidade narrativa se vê comprometida, lançando luz sobre o quanto cada componente (memória, linguagem, pragmática) é essencial para o todo.

### **Quebras na narrativa: disfunções clínicas**

Distintos transtornos e lesões podem afetar a habilidade de construir narrativas coerentes. Precisamos analisar como a narrativa se quebra nesses casos para um aprofundado entendimento de seus componentes. Vejamos três contextos: a esquizofrenia (uma desordem do pensamento e da auto-narrativa), o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, que afeta a organização sequencial) e a afasia fluente (uma perturbação linguística que compromete a forma da narrativa).

## 5.1 Esquizofrenia e a perda da narrativa de si

A esquizofrenia é marcada classicamente por pensamento desorganizado, delírios e alucinações – sintomas que refletem, em parte, uma profunda desestruturação da narrativa interna do indivíduo. Desde o início do século XX, clínicos notaram que pacientes esquizofrênicos frequentemente apresentam *discursos incoerentes*, pulando de um assunto a outro sem conexão lógica clara (o fenômeno das associações frouxas ou “salada de palavras”). Do ponto de vista do self, fala-se em *quebra da unidade narrativa do eu* (Rosa, 2024).

Teóricos contemporâneos, como Lysaker e Lysaker (2002), falam da esquizofrenia como “morte do narrador interno”. Shaun Gallagher (2003), na linha filosofia-cognição, distingue o self mínimo (experiência básica de ser um agente no aqui-e-agora, pré-reflexiva) e o self narrativo (identidade estendida no tempo, construída pelas histórias que contamos sobre nós mesmos). O self narrativo envolve continuidade e coesão autobiográfica – exatamente o que se vê comprometido na esquizofrenia. Pesquisas confirmam que pacientes esquizofrênicos têm déficits em memória autobiográfica: suas lembranças pessoais tendem a ser menos vívidas, menos específicas e menos organizadas, o que significa menos matéria-prima para construir um relato de vida coerente. Em entrevistas, eles relatam dificuldade em atribuir significado a eventos importantes de sua história – falta-lhes a “moral” ou o sentido unificador que daria unidade narrativa à vida (Gallagher, 2000).

O estudo de Allé e colegas (2015) investiga que a narrativa de vida de pacientes esquizofrênicos apresenta estrutura fraturada: há lacunas cronológicas, saltos inexplicados e fraca integração entre eventos. Reveladoramente, os pesquisadores observaram que “a falta de coerência na vida dos pacientes frequentemente se espelha na desorganização de suas narrativas de vida”. Ou seja, a própria vida se torna difícil de amarrar num fio contínuo; experiências permanecem ilhadas. Vários pacientes não conseguiam interpretar nem dar sentido a eventos pessoais significativos, o que denota prejuízo na coerência causal-motivacional. E essas falhas correlacionavam-se a déficits executivos (conforme medido em testes neuropsicológicos) e à presença de sintomas negativos (apatia, embotamento afetivo), indicando que tanto aspectos cognitivos (organização, planejamento) quanto emocionais/motivacionais influenciam a narrativa.

Em termos práticos, o esquizofrênico pode contar sua história de modo disperso, sem uma linha do tempo nítida, misturando incidentes sem conexão ou perseverando em detalhes peculiares e desconexos. Por exemplo, um paciente ao relatar porque deixou o emprego pode se engajar numa digressão sobre teorias conspiratórias envolvendo colegas, depois saltar para lembranças de infância, sem jamais articular uma sequência *lógica* ou cronológica que

explique a saída do trabalho. Falta ali *coesão global*. Além disso, há o efeito dos delírios: como mencionado, o paciente frequentemente cria narrativas *paralelas* (por exemplo, de perseguição) para explicar sensações estranhas, mas essas narrativas, embora internamente estruturadas, conflitam com a realidade compartilhada e vão se entrelaçando à vida do paciente de modo disfuncional.

Do ponto de vista do self, a consequência é grave: a pessoa perde em grande medida a capacidade de se autonarrar de forma estável. A terapia narrativa tem sido explorada como intervenção (Fernandez, Martin, Ledesma, 2023): ajudar o paciente a reorganizar eventos e sentimentos em narrativas mais lineares e com significado pessoal. Essa abordagem parte da hipótese de que reconstituir a narrativa do eu pode melhorar a coesão da identidade e talvez aliviar a angústia de um self fragmentado. Embora desafiador, há relatos clínicos de que certos pacientes, estimulados a escrever ou contar sua história de vida com auxílio terapêutico, conseguem aumentar a percepção de continuidade pessoal e reduzir ligeiramente a estranheza de suas experiências.

## 5.2 TDAH e a dificuldade de sequenciar histórias

O Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) afeta principalmente a atenção sustentada, o controle inibitório e a memória de trabalho – funções cruciais para seguir e construir sequências lógicas. Crianças (e adultos) com TDAH frequentemente apresentam narrativas “atravessadas”, cheias de interrupções, desvios e lapsos de continuidade. Não porque lhes falte imaginação, mas porque a atenção difusa e a impulsividade as levam a pular passos, inserir detalhes fora de hora ou esquecer de mencionar elementos chave do enredo.

Um estudo brasileiro (Zenaro et al., 2019) investigou a estrutura narrativa oral de crianças com TDAH em comparação a crianças com desenvolvimento típico. Usando um livro de imagens sem palavras para eliciar histórias, os pesquisadores observaram que o grupo TDAH tinha dificuldade maior em usar elementos típicos da “gramática da história”, especialmente aqueles ligados à manutenção do tema central e à resolução (desfecho) da trama. Em outras palavras, perdiam o fio da meada – muitos não sustentavam o tópico principal até o fim – e frequentemente terminavam a narrativa sem um fechamento adequado.

Esses elementos (tema e desfecho) são justamente fundamentais para a coerência global da narrativa, e sua ausência resultava em histórias com menor grau de coerência.

Na prática, uma criança com TDAH ao narrar a historinha das figuras podia começar bem (“Era uma vez um sapo que fugiu do pote do menino...”), mas no meio do caminho desviava-se para detalhes periféricos ou pulava para

outra ação sem conectar: “...e aí tem uma coruja... Ah, ele cai do galho... Tem uma abelha também...” – e, ao concluir, muitas vezes não mencionava o reencontro do menino com o sapo (o resultado esperado da história). Ficava uma narrativa em que ouvintes não familiares com as figuras teriam dificuldade de entender a lógica.

Isso exemplifica como o TDAH impacta a sequencialização temporal e causal: a criança não segue a linearidade necessária ou não retém em mente os elementos que precisam ser trazidos de volta para fechar a história. Além disso, costumam faltar conectores adequados – a narração pode virar uma lista de eventos desconectados por “e... e...”, sem *portanto* ou *então* para explicitar relações causais/temporais. A pesquisa citada corrobora isso quantitativamente, mostrando menores escores em “manutenção de tema” e “encadeamento lógico” no grupo TDAH.

Em termos neuropsicológicos, esse quadro reflete déficits leves nas funções executivas semelhantes aos observados, em grau extremo, na esquizofrenia: dificuldade de planejamento e organização. Mas enquanto no esquizofrênico o pensamento em si é desorganizado, no TDAH o pensamento pode ser coerente, porém a execução narrativa falha por lapsos atencionais e impulsividade verbal. Vale ressaltar que, diferentemente da esquizofrenia, as crianças com TDAH *não* tendem a criar conteúdos bizarros ou desconectados da realidade – o problema está na forma de narrar, não necessariamente no julgamento de realidade.

Por isso, intervenções pedagógicas focadas em habilidades narrativas têm sucesso com esse grupo: estratégias que ensinam a criança a estruturar uma história (começo, meio, fim; quem, onde, o quê, quando, por quê) e a usar organizadores temporais podem melhorar bastante a clareza narrativa. Muitas escolas no Brasil já incorporam práticas de “oficinas de histórias” para crianças com dificuldade de atenção, relatando avanços tanto na coesão do discurso quanto na própria atenção (já que narrar exige focar e lembrar a sequência planejada).

O TDAH, então, nos mostra a importância do controle atencional na narração. Mesmo com memória intacta dos fatos, a incapacidade de mantê-los ordenados na mente e inibi-los na sequência correta leva a relatos confusos. Novamente vemos a arquitetura narrativa falhando: peças do enredo caem do “andaime” antes da construção terminar.

5.3 Afasia fluente: narrativas vazias e desconexas

Afasia é a perda (total ou parcial) da capacidade linguística após lesão cerebral. Na afasia fluente (tipicamente lesão em regiões temporais/posteriores da língua dominante, como na afasia de Wernicke), o paciente consegue articular palavras sem esforço – o discurso tem fluência normal ou até acelerada –, mas apresenta sérios problemas de significado: palavras incorretas, neologismos, circunlóquios e dificuldades de compreensão. Isso impacta drasticamente a narrativa. O discurso do afásico fluente é por vezes comparado a um “disco arranhado” ou a uma “teia sem fio condutor”.

Um indivíduo com afasia de Wernicke pode falar longamente, mas se analisarmos sua narrativa, encontramos pouca coerência global. Muitas vezes ocorrem violações de relevância: frases ou trechos inteiros que não se ligam ao tópico aparente ou repetem informações sem propósito (Hazamy, Obermeier, 2020). Por exemplo, perguntado a um paciente Wernicke para descrever o conhecido desenho animado do “Patinho feio” (história simples e bem conhecida), ele respondeu algo como: “Ah sim... o pato... ele na água, e os patos, sabe, eles fazem assim, essa coisa toda... tem dias de verão que, que, enfim, estão lá... e a mãe, né? Porque azul, muito azul e... eles não, não foram... *foi bem, foi bem...*”. Essa produção *soa* gramaticalmente fluente (há orações ligadas por “e”, tempos verbais conjugados), mas sem transmitir uma sequência lógica de eventos nem esclarecer a trama. Falta informatividade e referencialidade – muitos pronomes sem referência clara, palavras vagas (“coisa”, “assim”, “bem”) – o que torna impossível extrair um enredo. Em análise formal, há perda da coesão referencial e da coerência temática.

50

Por que isso acontece? Estudos indicam que na afasia fluente, embora a sintaxe possa estar relativamente preservada, há déficit na seleção lexical específica e possivelmente no monitoramento do próprio discurso. Sherratt (2007) notou que pacientes afásicos fluentes têm alta incidência de elementos não específicos (como pronomes sem antecedente, expressões genéricas tipo “negócio”, “aquela coisa”) justamente por dificuldade em evocar as palavras apropriadas e em estruturar o discurso em torno de tópicos definidos. Em outras palavras, se a pessoa não acessa a palavra “cisne” ou “patinho”, pode acabar dizendo “aquilo lá, o bicho, né, aquele negócio na água...”, e assim o fio narrativo se perde em vaguidão. Além disso, problemas na compreensão auditiva (comuns na afasia de Wernicke) fazem com que o paciente não perceba bem as perguntas ou *feedbacks* do interlocutor – ele pode não se dar conta de que está sendo tangencial ou incompreensível, pois não monitora adequadamente se sua narrativa atende ao objetivo comunicativo.

A investigação de Macwhinney e outros linguistas clínicos (2011) destaca que mesmo a manutenção da macro-estrutura narrativa fica prejudicada: afásicos fluentes frequentemente mencionam eventos fora de

ordem ou deixam de introduzir personagens, tornando impossível seguir *quem fez o quê*. Alguns estudos de caso relatam, por exemplo, pacientes que, narrando uma história clássica, inserem episódios de outras histórias ou da vida real inadvertidamente (sem perceber que mudaram de narrativa), ou repetem várias vezes a mesma informação como se fosse nova, fenômeno chamado *perseveração discursiva*.

Tudo isso leva a quebras de coerência significativas.

Vale contrastar: na afasia não fluente (como a de Broca), a produção é telegráfica mas muitas vezes o paciente consegue, em frases simples, transmitir um enredo básico; por exemplo: “Patinho... feio... irmãos não gostam... ele sai... depois volta... vira cisne” (Hazamy, Obermeier, 2020). Apesar da gramática pobre, há uma sequência inteligível. Já na afasia fluente, a gramática e a quantidade de fala enganam: parece linguagem normal, porém sem estrutura informativa. É como se os componentes da narrativa estivessem presentes (há palavras, há verbos conjugados), mas não engatam uns nos outros para formar a história.

A falha linguística aqui ressalta quão essencial é a seleção lexical precisa e a coesão referencial para a narrativa: sem nomes específicos e ligações anafóricas corretas, o ouvinte não consegue montar o quebra-cabeça temporal-causal.

Do ponto de vista cognitivo, podemos dizer que a afasia fluente *dissocia* parcialmente a linguagem do pensamento narrativo. O paciente pode ter intacta a memória do que aconteceu – ele *sabe* a história do patinho feio, conceitualmente – mas não consegue traduzi-la em narrativa verbal coerente. Isso nos lembra (por mais óbvio que possa parecer) de que a linguagem é o veículo principal da narratividade: sem ela funcionando bem, a estrutura temporal e lógica pensada não se revela ao ouvinte. Casos de afasia levam alguns pesquisadores a perguntarem: podemos ter narrativas puramente não verbais (por exemplo, em pensamentos ou em mímica)? Em certo nível sim; pessoas surdas fazem narrativas em língua de sinais ou mesmo narrativas mentais visuais (Muller, Mianes, 2016). Mas o ponto é que a formalização na linguagem oral/escrita é o que permite *compartilhar* narrativas complexas. Quando essa faculdade se rompe, a pessoa fica ilhada em suas experiências sem conseguir narrá-las adequadamente – o que também repercute no self, como veremos adiante.

#### 5.4 Narrativa, self e identidade biográfica

Narrar é, de certo modo, tornar-se. Esta frase poderia sintetizar a ideia de que nossas identidades são constituídas narrativamente. Cada um de nós constrói uma *narrativa de si*, continuamente atualizada, que confere sentido e continuidade àquilo que vivemos. Como observa a filósofa Marya

Schechtman (2007), identidade pessoal equivale à coerência narrativa: somos o personagem principal da história que contamos sobre nossa vida. Claro que não *inventamos* fatos (em condições normais), mas selecionamos, interpretamos e organizamos eventos na memória autobiográfica de forma a compor uma história relativamente unificada – com temas, valores e um senso de direção.

Shaun Gallagher (2003), conforme mencionado, distinguiu dois aspectos do self: um mínimo, ancorado no presente imediato e nas experiências momentâneas, e um narrativo, que envolve justamente “identidade pessoal e continuidade através do tempo”. Esse self narrativo “se funda na memória episódica” e na capacidade de projeção do eu ao longo da história de vida. Em termos neurocognitivos, Gallagher associa o self narrativo à função do “intérprete” do hemisfério esquerdo; conceito de Gazzaniga (2014) – um módulo cerebral que constantemente produz explicações e coesão a partir de nossas ações e percepções – e ao sistema de memória autobiográfica que Tulving elucidou. Assim, lembrar do próprio passado é essencialmente recontar a história de si mesmo; e projetar o futuro é imaginar capítulos que dão continuidade a essa história. Sem narrativa, teríamos apenas um aglomerado de lembranças desconexas, não um self unificado.

Vários autores chegam a afirmar que a identidade pessoal é uma obra narrativa. Jerome Bruner (1987) declarou que “a vida, tal qual é vivida, é uma construção da imaginação humana tanto quanto uma narrativa o é” – vida e narrativa se imitam mutuamente. Paul Ricoeur, em *Tempo e Narrativa* (1994), cunhou o termo *identidade narrativa* para dizer que nos tornamos a pessoa que somos ao assumirmos papéis em narrativas (nossas e das comunidades) e ao tecermos as tramas que ligam nosso ontem ao hoje e ao amanhã. Em contextos clínicos, isso transparece dramaticamente: quando a narrativa de vida é perturbada, a identidade fica abalada.

Pensemos no caso de pacientes com amnésia severa, como o clássico paciente H.M. (Henry Molaison) ou o músico Clive Wearing – que perdeu a capacidade de formar novas memórias e vivia preso em “janelas” de poucos segundos de consciência contínua. Esses indivíduos tinham extrema dificuldade em narrar quem eram, de onde vieram, o que fizeram ontem (Dossani, Missios, Nanda, 2015; Robbins, 2009). Sem narrativa, o senso de self deles praticamente se dissolveu: Clive Wearing, nos raros trechos de diário que escrevia, repetia frases como “Estou acordado agora” e logo depois esquecia, não reconhecendo sequer as entradas anteriores como suas. Adam Zeman, neurologista britânico, relata casos semelhantes e explora como a perda da memória autobiográfica (seja por Alzheimer avançado, seja por condições como a amnésia epiléptica transitória) mina a continuidade do eu – familiares dizem que a pessoa “deixa de ser ela mesma” quando não recorda sua história. Um artigo de Zeman e colegas notou que mesmo em amnesias

epilépticas breves, em que o indivíduo esquece eventos recentes após crises, há um sentimento perturbador de “vazio” narrativo, como se páginas tivessem sumido do diário da vida (Zeman et al., 2013).

No espectro psiquiátrico, vemos identidades despedaçadas nas esquizofrenias (como discutido) e em transtornos dissociativos, nos quais memórias autobiográficas dolorosas são isoladas a ponto de a pessoa criar *lacunas narrativas* ou múltiplas narrativas paralelas (no caso do transtorno dissociativo de identidade). Nesses casos, a terapia visa justamente restaurar ou (re)construir uma narrativa integradora, em que os fragmentos encontrem lugar numa só história coerente do self.

Importante destacar que a narrativa do self não é construída no vazio individual – é um empreendimento social e cultural. Desde pequenos, aprendemos formas de narrar a partir das histórias que nos contam, dos livros, filmes e das interações cotidianas (como aquele “conta para a tia o que você fez na escola hoje!”). Vamos assimilando *enredos prototípicos* (aventura, romance, superação, etc.) e *scripts* de vida, e tendemos até a alinhar nossa própria história a moldes conhecidos. Por exemplo, alguém pode enquadrar sua trajetória como “uma história de superação” ou “uma tragédia pessoal” ou “uma jornada de aprendizado”, dependendo de como interpreta os eventos. E essas interpretações são guiadas por discursos culturais disponíveis. Há “gêneros de narrativa de vida” que a sociedade oferece, por exemplo, o gênero “luta contra dependência química e redenção” que se espera de quem sai vitorioso de um vício (Törrönen, 2022). Nós moldamos nosso self narrativo conforme essas formas, ainda que criativamente e com variações individuais.

A memória cultural e a memória individual se entrelaçam. Francisco Varela (1996), em suas reflexões neurofenomenológicas, sugere que o “eu” observador surge de uma rede narrativa: internalizamos a voz do outro, os relatos que nos cercam, e com isso formamos uma perspectiva sobre nós mesmos. Estamos sempre, conscientemente ou não, contando nossa vida para nós mesmos com elementos que herdamos de nosso meio. Francisco Varela e Humberto Maturana (2001), no conceito de *acoplamento estrutural*, implicam que nosso sentido de identidade é codeterminado pelas interações – eu sou personagem nas histórias dos outros e vice-versa, numa trama coletiva.

Retomemos Gallagher para fechar: o self mínimo é aquele “eu” que experimenta o agora, mas não tem extensão temporal. Já o self narrativo é aquele que narra “eu nasci em tal ano, cresci ali, aprendi isso, agora estou aqui e pretendo tal coisa amanhã”. Se perdemos essa narrativa, ficamos presos apenas ao momento presente, como um amnésico grave ou, metaforicamente, como alguém sem passado nem futuro concebido. A qualidade da experiência humana mudaria radicalmente – talvez se tornasse semelhante à de certos animais que vivem num eterno presente; embora até isso seja discutível, pois

há evidências de memória episódica em primatas e outros (Vandekeekhove, Bulnes, Panksepp, 2014).

O fato é que nossa consciência ordinária é narrativa em seu núcleo: temos contínuos *fluxos de consciência* que costuram cenas passadas, avaliações presentes e antecipações futuras. Quando deitamos para dormir, muitas vezes revisamos o dia (recontando-o mentalmente) e imaginamos o amanhã – pequenas narrativas cotidianas que nos situam no tempo e nos dão senso de continuidade.

Bruner (1987) escreveu que “a narrativa imita a vida, e a vida imita a narrativa”. Nossa vida não é uma narrativa dada – nós a construímos interpretativamente. Recapitular eventos é um ato criativo de dar-lhes forma. Ao mesmo tempo, vivemos *como se* seguissemos um *script*, muitas vezes agindo visando a coerência com a história que contamos de nós (por exemplo, alguém que se vê como “herói trabalhador” suportará dificuldades para manter coerente essa autoimagem heroica). Assim, identidade e narrativa se reforçam mutuamente: conto minha história de acordo com quem penso que sou, e ajo de acordo com a história que contei.

### Implicações e perspectivas interdisciplinares

Percorremos um amplo arco – do hipocampo ao discurso, da sinapse ao self – para sustentar a ideia de que a narrativa é a arquitetura temporal da memória e da experiência humana. Os argumentos e evidências apresentados convergem para um ponto central: organizar eventos em forma de narrativa não é uma opção ornamental, mas sim uma função cognitiva básica, tão fundamental quanto lembrar ou perceber. A mente transforma o fluxo do tempo em histórias para poder compreendê-lo, armazená-lo e comunicá-lo.

Quais caminhos se abrem a partir dessa compreensão? Em primeiro lugar, há implicações para a saúde mental e reabilitação. Se identidades frágeis ou patologia do pensamento (como na esquizofrenia) envolvem colapsos da narrativa pessoal, então intervenções que ajudem a pessoa a reconstruir narrativas coerentes podem promover melhoria. As chamadas terapias narrativas já exploram isso: pacientes são incentivados a recontar suas vidas destacando aspectos positivos, ressignificando traumas como capítulos superados, identificando um fio condutor de propósito (Fernandez, Martin, Ledesma, 2023; Ghavibazou et al., 2022). Na reabilitação neuropsicológica, exercícios de montar histórias (como ordenar cartões de eventos, criar finais para histórias interrompidas) podem treinar funções executivas e memória de forma ecológica. Para pacientes com lesões cerebrais que afetaram a linguagem ou a memória, abordagens interdisciplinares envolvendo fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e neuropsicólogos podem focar na recuperação da capacidade narrativa – ensinando estratégias compensatórias

como uso de diários (externalizar a memória em narrativa escrita) ou de “scripts” conversacionais para guiar o relato de eventos.

Na educação, reconhecer o poder cognitivo da narrativa convida a usá-la mais deliberadamente no ensino e na aprendizagem. Histórias engajam atenção, emoção e imaginação, o que facilita a retenção de informações. Professores no Brasil e no mundo vêm aplicando *storytelling* para transmitir conteúdos: da história (literalmente ensinada por narrativas) às ciências, em que fenômenos são humanizados ou contados como “aventuras” (por exemplo, a jornada de um alimento pelo sistema digestivo). A pesquisa de neurociência educacional sugere que informações apresentadas em formato narrativo ativam o hipocampo e o córtex pré-frontal de forma similar à ativação durante lembranças pessoais, criando *trilhas de memória* mais ricas (Wilwert, 2021). Além disso, contar histórias nas salas de aula pode ajudar crianças com dificuldades (como TDAH) a desenvolverem organização sequencial e foco, como vimos. Uma aplicação promissora é o uso de narrativas digitais interativas para engajar alunos (Torres et al., 2023) – unindo o apelo de histórias com a participação ativa, reforçando tanto memória quanto compreensão.

Nas ciências da linguagem, a noção de narrativização cognitiva incentiva estudos mais integrados de discurso e cognição. A análise narrativa pode se beneficiar de dados de neuroimagem: por exemplo, acompanhar em tempo real como o cérebro segmenta um texto narrativo ouvido, quais regiões disparam em transições de eventos (sinalizando possivelmente os “fronteiras” de episódios) (Miller, 2023). Isso estreita laços entre linguística textual, psicolinguística e neurociência. Por outro lado, os achados de disfunções narrativas informam modelos de linguagem: linguistas computacionais interessados em processamento de linguagem natural vêm tentando ensinar máquinas a compreender e gerar narrativas coerentes. Saber, por exemplo, que conectores temporais e causais são marcadores cruciais de coesão permite afinar algoritmos de *story generation*. A pragmática narrativista também dialoga com a inteligência artificial (IA): sistemas de IA que modelam “teoria da mente” precisam conseguir encadear eventos e inferir motivações – em suma, pensar narrativamente – para interagir de forma humanizada.

Por fim, no âmbito da cognição e da filosofia, a tese da narrativização abre perguntas fascinantes. Teria a capacidade narrativa um valor adaptativo na evolução humana? Muitos, como Yuval Harari (2013), argumentam que sim: imaginar cenários futuros (projetar histórias possíveis) conferiu vantagem para planejar e evitar perigos; compartilhar experiências via histórias fomentou coesão social e transmissão de conhecimentos (um caçador contando como escapou de um predador ensina toda a tribo). Sob a ótica da evolução cultural, narrativas seriam *memes* poderosos – ideias complexas que se replicam e sobrevivem justamente por se estruturarem em

formato de história, mais fácil de lembrar do que dados brutos. Há estudos antropológicos indicando que sociedades tradicionais valorizam mestres contadores de histórias, sugerindo seleção cultural a favor dessa habilidade. Neurocientistas sociais (incluindo Chris Frith) propõem que a cultura exerce influência “top-down” em nós principalmente por meio de narrativas compartilhadas, que moldam nossas crenças e até nossas percepções. Por exemplo, a noção de responsabilidade individual é, em parte, aprendida pelas narrativas (religiosas, legais, midiáticas) que ouvimos; elas criam esquemas pelos quais entendemos nossas ações e as dos outros.

Assim, estudar narrativas em níveis – do neuronal ao social – num único continuum. Francisco Varela vislumbrou essa ponte ao explorar uma *neurofenomenologia* – conceito cunhado por Laughlin, Mcmanus e D’Aquili (1990) – em que a experiência vivida, tipicamente narrativa em estrutura, seja correlacionada a dinâmicas neurais. Esse tipo de abordagem interdisciplinar está florescendo: hoje há campos como a “neurociência narrativa” ou “psicologia narrativa” explicitamente dedicados a entender como histórias afetam o cérebro, a mente e a sociedade (Hiles, Čermák, 2010).

Reconhecer a narrativização como arquitetura temporal da memória é reconhecer a centralidade das histórias na condição humana. Somos, em grande medida, o “Homo narrans” – o ser que narra (Rabatel, 2008). Nossa memória episódica nos permite *viajar no tempo* e, fundamentalmente, trazer de lá uma história para contar. A cada dia adicionamos novos “capítulos” à autobiografia e reescrevemos à luz de acontecimentos recentes.

Muitas questões permanecem em aberto, convidando a futuras pesquisas interdisciplinares. Por exemplo: de que modo exatamente o cérebro distingue entre “evento” e “narrativa maior”? Como diferenças culturais específicas moldam o desenvolvimento da competência narrativa nas crianças? Seria possível treinar intencionalmente habilidades narrativas para melhorar funções cognitivas gerais (memória, organização) em idosos ou indivíduos com comprometimentos? Na era digital, em que novas formas de narrativa interativa emergem (hipertextos, jogos narrativos), nosso cérebro está se adaptando a arquiteturas narrativas não-lineares? E do ponto de vista ético e social, compreender que somos tão influenciados por narrativas pode ajudar a criar resiliência contra desinformação e ideologias perniciosas (que muitas vezes nos capturam por contar “boas histórias” simples, porém falsas)?

Essas são trilhas a explorar. O reconhecimento da narratividade intrínseca à cognição encoraja diálogos fecundos: entre neurologistas e linguistas, entre psicólogos e escritores, entre filósofos e cientistas da computação. Desvendar a “gramática do enredo” no cérebro pode revolucionar como tratamos distúrbios mentais; entender as histórias pessoais pode humanizar ainda mais as práticas clínicas; incorporar narrativas no ensino pode tornar o aprendizado mais significativo e duradouro.

Ao final, vale reafirmar: a narrativa não é um adereço, mas sim a tessitura mesma da memória humana no tempo. Organizar a experiência em histórias é como damos ordem ao caos dos acontecimentos e, nesse processo, construímos nossa identidade. Lembrar é contar; imaginar é contar; viver é entretecer passado e futuro no presente – *narrando-se*. Que continuemos, então, a investigar cientificamente as muitas camadas desse contar, sem perder de vista a importância das histórias que nos fazem quem somos.

ALLÉ, Mélissa C. et al. Impaired coherence of life narratives of patients with schizophrenia. *Scientific reports*, v. 5, n. 1, p. 12934, 2015.

BLUCK, Susan; HABERMAS, Tilmann. The life story schema. *Motivation and emotion*, v. 24, p. 121-147, 2000.

BRUNER, Jerome. Life as narrative. *Social research*, p. 11-32, 1987.

BÜHLER, Karl. *Theory of language: The representational function of language*. John Benjamins Publishing Company, 2011.

COHN-SHEEHY, Brendan I. et al. The hippocampus constructs narrative memories across distant events. *Current Biology*, v. 31, n. 22, p. 4935-4945. e7, 2021.

COHN-SHEEHY, Brendan I. Narrative memories woven by an intertextual hippocampus. *Journal of Comparative Literature and Aesthetics*, v. 47, n. 3, p. 4-15, 2024.

DOSSANI, Rimal Hanif; MISSIOS, Symeon; NANDA, Anil. The legacy of Henry Molaison (1926–2008) and the impact of his bilateral mesial temporal lobe surgery on the study of human memory. *World neurosurgery*, v. 84, n. 4, p. 1127-1135, 2015.

FERNANDEZ, Karina Therese G.; MARTIN, Anne Therese Marie B.; LEDESMA, Dana Angelica S. The Use of Narrative Therapy on Paranoid Schizophrenia. *Psychological Studies*, v. 68, n. 3, p. 273-280, 2023.

FRITH, Chris. Theory of mind in schizophrenia. In: *The neuropsychology of schizophrenia*. Psychology Press, 2019. p. 147-161.

GALLAGHER, Shaun. Philosophical conceptions of the self: implications for cognitive science. *Trends in cognitive sciences*, v. 4, n. 1, p. 14-21, 2000.

GALLAGHER, Shaun. Self-narrative in schizophrenia. *The self in neuroscience and psychiatry*, p. 336-357, 2003.

GAZZANIGA, Michael S. (Ed.). *Handbook of cognitive neuroscience*. Springer, 2014.

GHAVIBAZOU, Effat et al. Narrative therapy, applications, and outcomes:

A systematic review. Narrative therapy, Applications, and Outcomes: A Systematic Review”. Preventive Counseling, v. 2, n. 4, 2022.

GOMES, Lauren Beltrão et al. As origens do pensamento sistêmico: das partes para o todo. Pensando famílias, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2014.

GUIMARÃES, Ana Maria. O papel da sequência temporal na coesão do texto. Organon, v. 9, n. 23, 1995.

HABERMAS, Tilmann; BLUCK, Susan. Getting a life: the emergence of the life story in adolescence. Psychological bulletin, v. 126, n. 5, p. 748, 2000.

HARARI, Yuval Noah. Sapiens: História breve da humanidade. Elsinore, 2013.

HAZAMY, Audrey A.; OBERMEYER, Jessica. Evaluating informative content and global coherence in fluent and non-fluent aphasia. International Journal of Language & Communication Disorders, v. 55, n. 1, p. 110-120, 2020.

HILES, David; ČERMÁK, Ivo. Narrative psychology. In: The Sage handbook of qualitative research in psychology. SAGE Publications Ltd, 2010. p. 147-164.

LAUGHLIN, Charles D.; MCMANUS, John; D'AQUILI, Eugene G. Brain, symbol & experience: Toward a neurophenomenology of human consciousness. New York: Columbia University Press, 1990.

LEECH, Geoffrey; SVARTVIK, Jan. A communicative grammar of English. Routledge, 2013.

LYSAKER, Paul Henry; LYSAKER, John Timothy. Narrative structure in psychosis: Schizophrenia and disruptions in the dialogical self. Theory & Psychology, v. 12, n. 2, p. 207-220, 2002.

MACWHINNEY, Brian et al. AphasiaBank: Methods for studying discourse. Aphasiology, v. 25, n. 11, p. 1286-1307, 2011.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. A árvore do conhecimento. São Paulo: Palas Athena, v. 2, 2001.

MILLER, Brook. Narrativity in cognition. Palgrave Macmillan, 2023.

MULLER, Janete Inês; MIANES, Felipe Leão. Narrativas autobiográficas

de surdos ou de pessoas com deficiência visual: análise de identidades e de representações. *Rev. Bras. Estud. Pedagógicos*. [online], v. 97, n. 246, p. 292-310, 2016.

PRICE, Cathy J.; ZEIDMAN, Peter; CALLAGHAN, Martina F. Eleanor Maguire (1970–2025). *Nature Neuroscience*, p. 1-2, 2025.

RABATEL, Alain. *Homo narrans. Pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit*. Éditions Lambert-Lucas, 2008.

RIBAS, Glaupy Fontana. *A factividade da memória episódica: traçando a diferença entre memória e imaginação através de veritadores*. 2023. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

RICOEUR, Paul et al. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994.

ROBBINS, Stephen E. The COST of explicit memory. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, v. 8, n. 1, p. 33-66, 2009.

ROSA, Maria Teresa Pinto Alves Neiva. *Esquizofrenia: da Fragmentação do eu ao Modernismo*. 2024. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto (Portugal).

60

SCHECHTMAN, Marya. Stories, lives, and basic survival: A refinement and defense of the narrative view. *Royal Institute of Philosophy Supplements*, v. 60, p. 155-178, 2007.

SCHIFFRIN, Deborah. Tense variation in narrative. *Language*, v. 57, n. 1, p. 45-62, 1981.

SEERS, Lindsay. A meeting with Chris Frith about schizophrenia. Lindsay Seers, 20 nov. 2018. Disponível em: <https://lindsayseers.info/2018/11/20/meeting-chris-frith-about-schizophrenia/>. Acesso em: 14 maio 2025.

SHERRATT, Sue. Multi-level discourse analysis: A feasible approach. *Aphasiology*, v. 21, n. 3-4, p. 375-393, 2007.

SPRENG, R. Nathan; MAR, Raymond A.; KIM, Alice SN. The common neural basis of autobiographical memory, prospection, navigation, theory of mind, and the default mode: a quantitative meta-analysis. *Journal of cognitive neuroscience*, v. 21, n. 3, p. 489-510, 2009.

TORRES, Rui (Ed.); RETTBERG, Jill Walker (Ed.); RETTBERG, Scott (Ed.); TABBI, Joseph (Ed.). Narrativas Digitais — Teorias, Crítica(s), Resultados. Revista de Comunicação e Linguagens, n. 58, 1 set. 2023.

TÖRRÖNEN, Jukka. Relational agency and identity navigation in life stories on addiction: Developing narrative tools to analyze the interplay between multiple selves. International Journal of Qualitative Methods, v. 21, p. 16094069221078378, 2022.

VANDEKERCKHOVE, Marie; BULNES, Luis Carlo; PANKSEPP, Jaak. The emergence of primary anoetic consciousness in episodic memory. Frontiers in Behavioral Neuroscience, v. 7, p. 210, 2014.

VARELA, Francisco J. Neurophenomenology: A methodological remedy for the hard problem. Journal of consciousness studies, v. 3, n. 4, p. 330-349, 1996.

WILWERT, Maria Lucia et al. Revisão sistemática de estudos sobre a contação de história (storytelling) como facilitador da aprendizagem no ensino fundamental. Cadernos de Educação, n. 65, 2021.

ZEMAN, Adam ZJ et al. Imagining the present: Amnesia may impair descriptions of the present as well as of the future and the past. Cortex, v. 49, n. 3, p. 637-645, 2013.

ZENARO, Mariana Pereira et al. Oral narrative structure and coherence of children with attention deficit hyperactivity disorder. In: CoDAS. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 2019.